

TERREIROS EM TEMPOS DE PANDEMIA: OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS LIDERANÇAS NO RIO DE JANEIRO

SILVA, Vagner Felix da¹
CONCEIÇÃO, Deborah Terezinha²

RESUMO: O presente trabalho analisou os impactos causados pela pandemia provocada pelo vírus Covid-19 nas comunidades-terreiro do estado do Rio de Janeiro. A iniciativa surgiu diante dos anseios e questionamentos compartilhados nas discussões administradas pela linha de pesquisa do Eixo Temático "Povos Tradicionais: Território e Religiosidade" do Grupo PET – Etnodesenvolvimento e Educação Diferenciada, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Campus de Seropédica. Para melhor exposição do assunto, foram abordadas três perspectivas do tema. O primeiro panorama envolveu a visão de como estas comunidades se formaram e como representam, hoje, um papel social essencial na comunidade. A segunda concepção expõe o caráter responsável do Estado perante estas comunidades que aderiram ao isolamento social. E por último, trabalhou-se a perspectiva das entrevistas realizadas com 15 sacerdotes, representantes do Candomblé e da Umbanda na Baixada Fluminense.

PALAVRAS-CHAVES: Povos tradicionais; Religião Afro-brasileira; Pandemia; Isolamento;

TERREIROS IN TIMES OF PANDEMIC: THE CHALLENGES FACED BY THE LEADERSHIPS IN RIO DE JANEIRO

ABSTRACT: The current work has analyzed the impacts caused by the pandemic brought by the Covid-19 virus in the terreiro communities of the state of Rio de Janeiro. The initiative emerged before the anxieties and questions shared in the discussions managed by the research line of the Thematic Axis "Traditional Peoples: Territory and Religiosity" of the PET Group

¹ Integrante do do Grupo PET – Etnodesenvolvimento e Educação Diferenciada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Campus de Seropédica. E-mail: vagfe88@gmail.com

² Integrante do do Grupo PET – Etnodesenvolvimento e Educação Diferenciada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Campus de Seropédica. E-mail: deborahvinhal1@gmail.com

- Ethnodevelopment and Differentiated Education, of the Federal Rural University of Rio de Janeiro - Campus de Seropédica. For a better insight of the subject, three outlook on the topic were approached. The first perspective involved the vision of how these communities were shaped and how they represent an essential social role in the community. The second conception exposes the State's responsible character towards these communities which have adhered to social isolation. And Finally, the perspective of the interviews with 15 priests, representatives of Candomblé and Umbanda in Baixada Fluminense, was worked on.

KEY-WORDS: Traditional people; Afro-brazilian religion; Pandemic; Isolation

INTRODUÇÃO

No Brasil, a chegada dos primeiros africanos escravizados está associada ao processo de colonização das terras brasileiras por Pedro Álvares Cabral. Os primeiros navios portugueses que aqui aportaram já contavam com a presença destes sujeitos em sua tripulação.

Embora se possa admitir que a existência de negros em navios portugueses chegados ainda no primeiro decênio da descoberta possam ter ocorrido, inclusive, a partir da própria frota de Cabral, a primeira notícia documentadamente comprovada da presença de escravos em tripulações lusitanas no Brasil, é a que envolve a viagem comercial da nau *Bretoa*, em 1511. (TINHORÃO, 2008, p.16)

Foi somente a partir do século XVI que, nos portos da Terra de Vera Cruz, nome este dado ao Brasil neste período, que começaram a desembarcar milhares de nativos dos mais diversos lugares do continente africano.

O deslocamento forçado que perdurou por mais de 300 anos, atravessou pelo atlântico cerca de 4 milhões de africanos que, ao chegar na colônia portuguesa (Brasil), eram revendidos e submetidos aos mais diversos trabalhos como a agricultura, a exploração de riquezas tropicais e minerais, a serviços de ganho, além de promoverem, muitas vezes de forma abrupta, a renovação da população de novos seres que seriam escravizados.

Mesmo diante de uma lógica de exploração, sofrimento e submissão, o africano escravizado e seus descendentes encontraram na

memória e no vínculo ancestral, formas de recriação, reconexão e readaptação no território brasileiro.

Diante deste processo, na ânsia de se territorializar e criar sua própria dinâmica de vida, foram estabelecidas formas adaptativas de resistência e organizativas por parte destes sujeitos.

O Atlântico, é uma gigantesca encruzilhada. Por ela atravessaram sabedorias de outras terras que vieram imantadas nos corpos, suportes de memórias e de experiências múltiplas que lançadas na via do não retorno, da desterritorialização e do despedaçamento cognitivo e identitário, reconstruíram-se no próprio curso, no transe, reinventando a si e ao mundo. (SIMAS, 2018, p.11)

Neste sentido, o calundu colonial e o candomblé contemporâneo, demonstram-se como peças fundamentais desse processo. Pois, a partir da formação desse novo núcleo civilizatório criaram-se instituições associativas de construção, de invenção e de manutenção da vida.

Segundo Barros (2011, p.13), "a comunidade-terreiro, portanto, é o lugar da memória, das origens e das tradições", que possui em sua estrutura conceitos baseados na formação de uma família mítica, na celebração da vida, no diálogo e cuidado com a natureza, na presença de uma estrutura hierárquica em que o mais novo tem a oportunidade de aprender com o mais velho e na cosmovisão baseada em regras específicas, que são colocadas em prática no dia-a-dia.

Sobre o conceito de território, Sodré em seus estudos afirmar que:

A história de uma cidade é a maneira como os habitantes ordenaram as suas relações com a terra, o céu, a água e os outros homens. A história dá-se num território, que é o espaço exclusivo e ordenado das trocas que a comunidade realiza na direção de uma identidade grupal. (2019, p.24)

Sendo assim, é fundamental enxergar o terreiro para além do templo religioso, visto que sua relação ultrapassa dimensões físicas e geográficas.

Por preservarem modos de vida, estabelecer vínculos com a culinária, a música, a língua e a dança, as comunidades-terreiro constituíram um verdadeiro movimento de valorização da cultura afro-brasileira e de

resistência negra pela luta da igualdade racial, como nos afirma o documento produzido pela Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial – (CONAPIR):

Essas comunidades também tiveram forte influência no cotidiano da vida nacional apresentando novas formas de relações sociais, políticas, econômicas e humanas, ao buscarem convivência harmônica com a natureza e apostando na construção coletiva do espaço social (BRASIL, 2005, p.105).

Para além da valorização cultural o convívio harmônico que as comunidades-terreiro possuem com a natureza é outro fator considerado de grande relevância. Visto que, o respeito com a natureza gera uma relação de resgate e manutenção das tradições africanas e afro-brasileiras no que diz respeito à medicina complementar que, desde 2005, também integra o Sistema Único de Saúde (SUS)³.

O meio de diagnóstico utilizado para a cura terapêutica nas comunidades-terreiro se dá através do Jogo de Ifá ou Jogo de Búzios, que identificam a doença e determinam o processo a ser realizado para a cura. No panteão iorubano, a cura está diretamente associada ao orixá Omolú que carrega consigo o poder dúbio da vida e da morte, da cura e da doença.

Para melhor compreender a comunidade-terreiro como núcleo de promoção à saúde e conseqüentemente os procedimentos estabelecidos na Terapêutica Yorubá, Almeida ressalta:

(...) é preciso entender sem ideia preconcebida os conceitos de doença, saúde e remédio; a importância dos arquétipos relacionados aos deuses do panteão africano para o sistema classificatório de sintomas e doenças; as práticas de saúde (remédios, rituais de limpeza e purificação) e seus respectivos simbolismos. É importante afirmar que o paciente, nessas ações de saúde, é visto como indivíduo, agente de sua própria cura, com identidade própria, figura ímpar de uma história de vida emocional, social e ancestral. (2011, p.51)

Diante do exposto, é possível constatar então a relevância que as comunidades-terreiro possuem mediante ao período pandêmico em que o

³ As práticas integrativas e complementares no SUS, em meio a um itinerário de crescente legitimação, valorizam recursos e métodos não biomédicos relativos ao processo saúde/doença/cura, enriquecem estratégias diagnóstico/terapêuticas e podem favorecer o pluralismo médico no Brasil.

Brasil⁴ se encontra em 2020; acredita-se que, através das práticas terapêuticas afro-brasileiras, são fornecidas instruções que podem fortalecer o sistema imunológico, promover a saúde mental e proporcionar o equilíbrio espiritual do indivíduo.

AS COMUNIDADES-TERREIRO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PANDEMIA

Desde o início do ano de 2020, diante da pandemia estabelecida pelo Covid-19, os terreiros da Baixada Fluminense, assim como, vasta parcela da população brasileira aderiram às restrições de circulação promovendo o isolamento social.

Como consequência do isolamento social, muitas comunidades-terreiro tiveram suas rendas reduzidas em função das atividades interrompidas.

Segundo o IBGE⁵, cerca de 0,3% da população brasileira é adepta ao Candomblé ou a Umbanda, isto significa que não só centenas de sacerdotes e sacerdotisas ficaram sem renda, mas que também centenas de pessoas deixaram de ser assistidas por estes templos, que promovem um importante papel social na comunidade ao seu entorno.

Muitos terreiros contam atualmente com os auxílios disponibilizados através de políticas municipais, estaduais e federais ou até mesmo com doações organizadas por associações não governamentais e representantes da sociedade civil, para desenvolver seus trabalhos sociais ou até mesmo para garantir a própria sobrevivência.

Entre as medidas criadas pelo Estado do Rio de Janeiro e pelo Governo Federal para amenizar a crise econômica, o risco de contágio da sociedade e para garantir minimamente a soberania alimentar de uma parcela da população podemos destacar: 1) A política de transferência de renda administrada pelo Governo Federal, através do DECRETO Nº 10.316, de 7 de

⁴ Visto que, enriquecem estratégias diagnóstico/terapêuticas e podem favorecer o pluralismo médico no Brasil.

⁵ Censo Demográfico do Brasil de 2010., realização Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

abril de 2020⁶, destinado a trabalhadores informais, de baixa renda e desempregados; 2) Benefício no valor de R\$100,00 para a família de alunos da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SME); 3) Distribuição de cestas básicas para instituições religiosas, do terceiro setor e instituições da sociedade civil no Estado do Rio de Janeiro por intermédio da LEI Nº 8.810 de 11 de maio de 2020⁷; 4) Distribuição gratuita de máscaras para os moradores do estado e dos municípios cariocas, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

Contudo, vale ressaltar que, parte da população não conseguiu acesso a estes benefícios, seja por falta de intimidade com aparelhos tecnológicos e suas funcionalidades, seja pelo desprovimento de acesso a informações, ou ainda pelo descaso do Governo na demora da liberação dos benefícios como é o caso do auxílio emergencial.

IMPACTO DA PANDEMIA NOS TERREIROS - ENTREVISTAS

As entrevistas realizadas entre os dias 01 e 20 de abril de 2020, tiveram como objetivo apresentar as estratégias realizadas pelas lideranças, no que se refere a manutenção das comunidades tradicionais de terreiro durante o enfrentamento à pandemia. Para isso, foi criado, a princípio, um questionário semiestruturado que foi enviado às comunidades via aplicativo de mensagens instantâneas e via redes sociais.

O principal público foram os líderes de 25 diferentes Terreiros das religiões afro-brasileiras localizados na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro – nas cidades de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Belford Roxo - e nas Zonas Norte e Oeste do município do Rio de Janeiro – bairros Pavuna, Campo Grande e Santa Cruz.

Até a data de consolidação desse trabalho apenas 15 lideranças, sendo oito com sede no município de Duque de Caxias, quatro na cidade

⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10316.htm> Acesso em: 13 de abril 2020.

⁷ Disponível em: <<https://pge.rj.gov.br/covid19/estadual/leis-estaduais>> Acesso em: 13 de abril 2020.

Belford Roxo e três no município de Nova Iguaçu, retornaram o contato com as respectivas respostas.

A princípio o questionário contava com dez perguntas, mas apenas oito foram mantidas a pedido dos próprios líderes. As duas perguntas subtraídas do questionário compreendiam o nome social/religioso dos diretores e os nomes das Casas a que pertencem.

Decidiu-se por acatar essa solicitação a fim de preservar as identidades daqueles que, mesmo no anonimato, engrossam a luta contra o racismo religioso e atenderam às solicitações da pesquisa com tanta generosidade. Desse modo, os nomes que serão encontrados ao longo do trabalho são pseudônimos criados, de maneira aleatória, para maior compreensão e fluidez do texto.

Diante do crescente aumento do caso de pessoas infectadas pelo vírus coronavírus SARS-CoV-2, no dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o mundo encontrava-se diante de uma pandemia⁸. À vista disso, nos dias 16 e 20 de março através dos Decretos 46.973⁹ e 46.984¹⁰ o Governador do Estado do Rio de Janeiro suspendeu temporariamente todas as atividades que contavam com presença de público e decretou estado de calamidade pública para o estado. Desse modo, lugares com alto fluxo de pessoas foram fechados a fim de evitar aglomerações.

Com a implementação dessas medidas, as Comunidades de Terreiros fecharam seus espaços aos filhos e visitantes, suspendendo e/ou adiando as festividades e outros compromissos sem previsão de retorno.

Mãe Ayluwa (2020), responsável pela Roça Caboclo 7 Flechas, diz que sua casa decidiu encerrar as atividades públicas antes dos decretos das autoridades. Segundo ela, após a confirmação do primeiro caso da COVID-19 no Estado do Rio de Janeiro, o estabelecimento religioso passou a atender um número limitado de pessoas para consultas e passes, sempre em horários

⁸ Epidemia generalizada que abrange vasta região.

⁹ Disponível em: <https://pge.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MTAyMjI%2C> Acesso em: 13 abril 2020.

¹⁰ Disponível em: <https://pge.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MTAyMzI%2C> Acesso em: 13 abril 2020

distintos para não ter o risco de uma possível “lotação no ambiente”.

Segundo Pai Benedito (2020), do Ilê Axé Oxalá, a decisão da paralisação das atividades não foi algo fácil de se resolver, mas essa ação só reforça a importância do papel social que esses lugares desempenham. Para o Babalorixá, a comunidade religiosa está para além dos ritos e festas, é também um agente responsável pelo bem-estar da sociedade como um todo. “- É preciso zelar pela nossa comunidade, por aqueles que são adeptos e por aqueles que não são, somos todos irmãos!”, completa Pai Benedito (2020b). “- É impensável a rotina do terreiro sem o contato com os demais”, reforça mãe Djamila (2020):

A Umbanda é benção com beijos nas mãos e troca de abraços carinhosos. Por isso, mesmo com todos os cuidados os riscos de contágio são inevitáveis. Sem falar que há casos em que os mais velhos, pessoas consideradas de suma importância para as religiões afro-brasileiras, seriam expostos e ficariam ainda mais vulneráveis.

Dentre os pais e mães de santo que aceitaram responder nosso questionário, a maioria concorda que o mais sensato é manter o espaço fechado, sem nenhum tipo de atendimento ao público. Mas há outros que são a favor do funcionamento de forma reduzida e sem aglomeração, até que as autoridades afirmem a seguridade da reabertura total. Esses últimos, suspenderam apenas as festas e mantiveram algumas atividades internas em funcionamento. É o caso da Casa de Umbanda Estrela Guia, que manteve a limpeza do templo e algumas poucas consultas espirituais. Segundo o líder, Pai Akins de Xangô (2020), a casa desenvolveu uma espécie de “rodízio” entre os membros para administrarem tais funções. O sacerdote frisa que apenas foram “escalados” membros que residem próximo a localidade onde encontra-se o terreiro, para assim, evitar o deslocamento de filhos que moram em outros bairros e cidades. A casa também realiza uma ação social com distribuição de quentinhas para moradores em situação de rua. Pai Akins informa que as distribuições continuam, porém em um ritmo menor “- já que foi preciso reduzir o número de voluntários”. Ele relatou que antes do isolamento social a ação contava com trinta voluntários, hoje eles são apenas cinco, ou seja, atendem um número menor de pessoas que necessitam dessa

ação.

Outro templo que também teve seu trabalho de cunho social afetado com a pandemia é a Nzo Ria Matamba, templo de Candomblé Bantu-Angola, liderado pela Mametu Luanda. Ela informou que, quinzenalmente, há entregas de cestas básicas com alimentos não perecíveis a pessoas em situação de vulnerabilidade social em seu bairro. A casa possui um cadastro com 30 famílias a quem são entregues essas cestas.

Com as medidas de proteção, Mametu Luanda criou um esquema para redistribuição desses alimentos e manter a ação social, mas cumprindo as medidas de segurança indicadas pela OMS. Entretanto, confessou que já não consegue mais atender as 30 famílias inscritas e explicou que grande parte dos alimentos arrecadados são doados por comerciantes locais e membros do terreiro mas, com o comércio fechado e os filhos isolados em suas casas, não é possível atingir os números que atingiam antes. “- Não tem sido fácil, mas não posso pensar em desistir. Se Nzambi me deu essa missão é porque ele sabe que sou capaz de cumprir. E eu vou cumprir!” (Mametu Luanda, 2020).

Aos poucos os líderes criaram artifícios para manter os membros unidos e fortalecidos em tempos como esse. A internet nunca esteve tão presente na vida cotidiana dos adeptos dessas religiões. Em alguns terreiros de Umbanda, por exemplo, acontece todas as segundas-feiras uma cerimônia em devoção às entidades conhecidas como Pretos Velhos. Essa celebração costuma reunir além dos membros, muitos visitantes que lotam as assistências. Algumas Casas não pararam com essa prática, apenas estão realizando-a de outra maneira. Na casa de mãe Ayluwa, por exemplo, foi criado um grupo nas redes sociais e esse momento é transmitido para todos através de chamada de vídeo. “- Nós consultamos os Orixás e os Guias e eles permitiram” (Mãe Ayluwa, 2020).

Outros templos estão tomando o mesmo caminho. Essa é uma forma de manter a liturgia viva e a rotina da Comunidade religiosa mais próxima da normalidade. Esse encontro entre os saberes ancestrais e o uso da tecnologia pós-moderna tem sido encarado por muitos como algo possível e importante. “- Além de usar a *internet* para falarmos sobre os assuntos do

terreiro, também falamos sobre a importância do isolamento social e do cuidado com o próximo”, afirma o Pai Antero (2020), da Casa Ogum de Lei. E acrescenta:

“- Nosso terreiro é localizado em uma periferia, lugar de gente que possui poucas instruções e por esse motivo estão as margens. Quando gravamos um vídeo, falando como eles devem proceder nesse momento e que não estão sozinhos, surge mais efeito, porque eu também sou periférico, sou como eles, falo de igual para igual. Eles entendem melhor. A mídia não consegue dá conta disso, sabe, meu filho”. (Pai Antero, 2020b)

Além da utilização do questionário de pesquisa como instrumento para coleta das respostas durante as entrevistas, foram recebidos áudios e mensagens de textos como forma de complementar as respostas dadas pelos diretores entrevistados. A seguir são exibidas essas respostas através da utilização de tabelas descritivas. Utilizamos o software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) versão 2.0 para tabular as respostas.

A primeira pergunta referiu-se a qual seguimento o Terreiro pertence. O objetivo foi saber qual a liturgia vivenciada por essas comunidades, para que fosse possível analisar de forma mais efetiva os impactos da pandemia. Afinal, dependendo do seguimento do Terreiro a rotina é diferenciada e afetada de outras formas. Pode-se verificar na Tabela 1 que 40% dos líderes entrevistados tem sua Comunidade no seguimento de Umbanda. Cerca de 33,3% dessas lideranças pertencem ao Candomblé, 20% são do seguimento ou “nação” denominada Omolocô e apenas 6,7% fazem parte de outros seguimentos como Jurema e Quimbanda, por exemplo.

Item	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Umbanda	6	40,0%	40,0%	40,0%
Candomblé	5	33,3%	33,3%	73,3%
Omolocô	3	20,0%	20,0%	93,3%
Outros	1	6,7%	6,7%	100,0%
Total	15	100,0%	100,0%	

Tabela 1 - Dados sobre as respostas para a questão: qual é o seguimento do seu Terreiro? **Fonte:** Autor (2020).

A Tabela 2 refere-se a quantidade de membros registrados nesses Terreiros. O resultado é importante para a análise sobre de qual maneira as medidas de isolamento social serão administradas por esses espaços. Foi verificado que 46,7% dos templos possui uma média entre 51 a 100 membros, cerca de 26,7% conta com um grupo entre 10 a 50 filhos, 20% possui entre 101 e 150 adeptos, e apenas 6,7% das lideranças entrevistadas nos informa que seu Terreiro conta com mais de 151 membros.

Pôde-se inferir, a partir dos dados que, os Terreiros com número mais elevado de filhos e filhas tendem a ter maior dificuldade para evitar aglomerações e atender às demandas pessoais de cada um. Dessa maneira, o uso de tecnologia para facilitar a comunicação de forma rápida, efetiva e segura é a mais adotada.

Item	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Entre 10/50	4	26,7%	26,7%	26,7%
Entre 51/100	7	46,7%	46,7%	73,3%
Entre 101/150	3	20,0%	20,0%	93,3%
Mais que 151	1	6,6%	6,6%	100,0%
Total	15	100,0%	100,0%	

Tabela 2 - Dados sobre as respostas para a questão: qual a quantidade de membros do Terreiro? **Fonte:** Autor (2020).

Os resultados apresentados na Tabela 3 referem-se às medidas já adotadas pelas lideranças nesse período de isolamento social. Descobriu-se que 93,3% dos pais e mães de santo decidiram encerrar por completo as atividades e 6,7% mantiveram as atividades realizadas pela casa de maneira parcial. Entende-se como “fechamento total do terreiro”: quando não há nenhuma atividade de cunho religioso (atendimentos para passes e rezas, consultas com jogos de búzios e/ou outros oráculos, festas e obrigações), a manutenção da limpeza do local não está incluída nesse caso. Para “fechamento parcial” entende-se quando há consultas ao público (ainda que com número reduzido), *lives* ou chamadas de vídeos feitas direto do terreiro com a presença física de mais de cinco membros.

Item	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Fechamento total	14	93,3%	93,3%	93,3%
Fechamento parcial	1	6,7%	6,7%	100,0%
Total	15	100,0%	100,0%	

Tabela 3 - Dados sobre as respostas para a questão: quais medidas já foram adotadas em seu Terreiro nesse período de pandemia? **Fonte:** Autor (2020)

A questão 4 foi direcionada apenas a casa que não aderiu ao fechamento total do espaço físico e manteve algumas atividades em funcionamento. Em resposta, o dirigente alegou estar tomando as devidas medidas de segurança e o distanciamento mínimo recomendado. Na questão de número 5 indagamos sobre a influência da pandemia no calendário litúrgico e as novas projeções para este calendário. Obtivemos apenas a resposta de uma liderança que nos relatou o seguinte:

"- Ainda não pensei nesse caso. Não sei como ficarão as obrigações e festas após o retorno da normalidade da casa. O ano litúrgico foi "perdido". No ano que vem será um ano com um número maior de atividades devido ao acúmulo causado por essa pandemia. Na minha casa há um número de filhos a serem iniciados todo ano. As festas têm suas datas, são esperadas pelos filhos e amigos. Terreiro é movimento, é casa cheia. É muito triste você ver essa casa vazia, mesmo sabendo que é por uma boa causa. Sinto falta do barulho do atabaque, do corre-corre no salão, do cheiro e gostos da cozinha, do abraço de minha mãe Yansã". (Ayla, 2020)

Foi investigado quais as maiores dificuldades encaradas nesses recintos e quais as estratégias realizadas para atravessá-las nesse período. Na Tabela 4 (referente a questão 6 do questionário), pode-se observar que 40% dos dirigentes consideram que as dificuldades em manter as contas (água, energia, aluguel, etc.) do espaço religioso em dia é a maior dificuldade nesse momento. A opção "outros", correspondeu a 33,3% das respostas. Nessa alternativa as lideranças interrogadas descreveram que a maior dificuldade vem sendo a de manter a própria sobrevivência, pois alegam que vivem dos atendimentos realizados aos consulentes, ou seja, dedicam-se

exclusivamente ao sacerdócio. Já 26,7% expuseram que a maior barreira encontrada tem sido atender às necessidades da Comunidade – aqui foram relatadas as ações e os projetos sociais desenvolvidos pelo Terreiro: distribuição de cestas básicas, almoços para moradores em situação de rua, consultas e atendimentos espirituais, terapias espirituais, etc.

Item	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Manter as contas do espaço em dia	6	40,0%	40,0%	40,0%
Atender às necessidades da Comunidade	4	26,7%	26,7%	66,7%
Outros	5	33,3%	33,3%	100,0%
Total	15	100,0%	100,0%	

Tabela 4 - Dados sobre as respostas para a questão: com a interrupção das funções em sua comunidade, qual(is) a(s) maior(es) dificuldade(s) encarada(s) pelo seu Terreiro? **Fonte:** Autor (2020).

Sabe-se que toda Comunidade de Terreiro precisa ser registrada para que possa ter sua abertura efetivada e, assim, garantir os devidos direitos resguardados pela Constituição. No Estado do Rio de Janeiro há a Federação Brasileira de Umbanda (Entidade de Cúpula de Umbanda, Candomblé e demais Cultos Afro-Brasileiros) responsável pela emissão do alvará de funcionamento e registro dos membros. Assim, a Tabela 5 (referente à questão 7 do questionário) registra os resultados do seguinte questionamento: existe algum órgão responsável manifestando qualquer apoio e/ou ação que vise o bem-estar das pessoas que possuem vínculos com o Terreiro? Cerca de 86,7% responderam que não e, apenas 13,3%, ou seja, duas lideranças responderam que sim. Esses últimos relataram que receberam informações sobre os procedimentos que deveriam ser efetuados durante a pandemia, além de ajuda jurídica, caso fosse necessário.

Mesmo todas as lideranças entrevistadas afirmando que seus Templos são registrados na Federação, essa aparentemente não consegue

realizar o suporte necessário a todas as Casas com quem possui vínculo.

Item	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Sim	2	13,3%	13,3%	13,3%
Não	13	86,7%	86,7%	100,0%
Total	15	100,0%	100,0%	

Tabela 5 – Dados sobre as respostas para questão: existe algum órgão responsável manifestando qualquer apoio e/ou ação que vise o bem-estar das pessoas que possuem vínculo com o Terreiro? **Fonte:** Autor (2020).

Por fim, foi feita a pergunta se as lideranças tinham conhecimento sobre alguma iniciativa (ou ajuda) por parte do Estado ou Prefeituras destinadas às suas Comunidades (Tabela 6 – refere-se à questão 8 do questionário). Todos alegam desconhecer qualquer iniciativa por parte desses órgãos e informaram que os apoios encontrados nesse momento são oriundos de Coletivos e Movimentos Sociais, sem nenhum vínculo com Estado ou Prefeitura(s).

Item	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Não	15	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 5 - Dados sobre as respostas para a questão: há algum tipo de ajuda por parte do Estado e/ou Prefeituras para o Terreiro nesse momento? **Fonte:** Autor (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As respostas recebidas e avaliadas através do questionário, as mensagens de texto e áudio expostas nesse trabalho não dão conta de todas as demandas e desafios enfrentados pelas lideranças de Comunidades de Terreiros encontradas em todo território da Baixada Fluminense, quiçá do Estado do Rio de Janeiro; mas apontaram oportunidades para o entendimento dos diversos organismos que estruturam e dependem dessas Comunidades.

Assim, foi revelada a falta de políticas públicas por parte das autoridades políticas para com esses espaços. Tudo isso leva a afirmar o quão

subalternizado são esses locais e que, por isso, ocupam lugar de invisibilidade, podendo ser caracterizados como grupos de risco por falta das devidas assistências.

Ao findar as análises realizadas a partir das questões propostas por entrevistas, conseguiu-se compreender a importância desses territórios para a comunidade em que estão inseridos. Descobriu-se que alguns terreiros desempenham, além do papel de espaço de profissão de fé, uma função filantrópica significativa, que cumpre um objetivo social de suma importância para aqueles que o procuram. É como se cada terreiro fosse uma associação que mediasse e intervisse nos problemas apresentados no seu bairro. Os Terreiros entrevistados têm sua sede em lugares periféricos e se colocam como voz ativa na denúncia e cobrança aos responsáveis para que sejam feitas melhorias necessárias para a população.

Com o fechamento desses espaços, uma fenda se abre na vida dos adeptos e dos que necessitam dos atendimentos realizados ali.

As Comunidades de Umbanda e Candomblé são como uma extensão da família consanguínea. Uma família que escolhemos ou que somos escolhidos para amar e respeitar". (Mametu Luanda, 2020)

Os líderes dos terreiros, chamados carinhosamente de pais e mães, assumem toda carga emotiva que esse substantivo sustenta, e se doam incansavelmente para manter a ordem e a estrutura dessa família.

Por fim, o estudo procurou ampliar a percepção para estes locais, fazendo com que seja possível, que os olhares para eles sejam, cada vez mais, olhares que percebam suas necessidades e suas lutas diárias, assim, talvez, desmistificar-se-á o pensamento colonial que ainda é sentido quando o assunto são as religiões afro-brasileiras. Que possa ser percebida e aceita a importância desses espaços na valorização e na manutenção da cultura, da política e da sobrevivência do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mara Zélia de. **Plantas medicinais**. Salvador: EDUFBA, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial**: Brasília, 30 de junho a 2 de julho de 2005: Relatório Final/ Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2005.

BARROS, José Flávio Pessoa de. **O banquete do rei... Olubajé**: uma introdução à música sacra afro-brasileira. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

CORRÊA, Janaina. FERREIRA, Marta. **Amadê/Crianças de axé**: exercícios de resistência no Ilè Asè Omi Larè Ìya Sagbá. In: XAVIER, Leila da Silva.

LACERDA, Luciene da Silva. OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. (Org.). **21 dias de ativismo contra o racismo**. Rio de Janeiro: Editora Selo Novo, 2018. p. 269-280

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Coronavírus Covid-19**. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/> . Acesso em: 10 abr. 2020.

Brasil, Organização Pan-Americana da Saúde. **Folha Informativa – COVID-19**. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 10 abr. 2020.

SIMAS, Luiz Antônio. **Fogo no mato**: a ciência encantada das macumbas. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons dos negros no Brasil**. Cantos, danças, folguedos: origens. São Paulo: Editora 34, 2008.

Recebido em: 26 de maio de 2020.

Publicado em: 28 de outubro de 2020.